

Classes e Desigualdades Sociais em França e Portugal: Questionamentos em Torno de um Programa de Pesquisa

Virgílio Borges PEREIRA

ISUP, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Yasmine SIBLOT

CRESPPA-CSU, Université de Paris 8, France

Beneficiando de um projeto de cooperação internacional financiado pelo CNRS, uma equipa de sociólogos franceses e portugueses tem vindo a promover ao longo dos últimos anos, um programa de investigação comparativa sobre a estrutura social de duas realidades nacionais diferenciadas, mas há muito ligadas por relações sociais densas, com um enfoque construído em torno da problemática das classes e das desigualdades sociais, perspectivadas na sequência da crise de 2008 e dos efeitos que esta gerou em ambas as sociedades. Empreendimento complexo, um tal enfoque tem permitido reconstituir séries estatísticas oficiais, olhar para procedimentos de inquirição de Estado e para modalidades alternativas de questionamento sociológico, estabelecendo coordenadas interpretativas que permitem identificar continuidades nos modos de ler a realidade das desigualdades e das classes sociais, mas também inevitáveis diferenças. A presente comunicação procura fazer uma síntese do percurso de pesquisa realizado e demonstra os ganhos analíticos que podem estar subjacentes à construção de dispositivos de observação do teor daquele que foi elaborado neste âmbito. Explora, em particular, as incidências do exame analítico da estrutura de classes sociais com recurso a um esquema de análise produzido pela sociologia portuguesa – o esquema elaborado, em sucessivas versões, por João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado – e ilustra o seu potencial no estudo de dados do Inquérito ao Emprego aplicado nos dois países, revelando morfologias sociais específicas. A comunicação não deixa de procurar constituir também um espaço de interrogação sobre o modo de equacionar as dificuldades que estão subjacentes ao trabalho comparativo, desde logo, as que decorrem da compatibilização de terminologias administrativas e sociológicas de análise de desigualdades e de classes sociais. Procurando realizar um balanço interpretativo em torno dos procedimentos de análise de classes sociais implementados, a comunicação termina com uma reflexão sobre o carácter pertinente da complementação, em matéria de construção de olhares sociológicos sobre desigualdades de classe, do estudo de fontes quantitativas e qualitativas e destaca a relevância de pesquisas etnográficas específicas na qualificação da intensidade sociológica do estudo da estruturação da experiência da desigualdade social, orientadas, neste caso, por perspetivas construídas em torno das classes mais desfavorecidas, em França e em Portugal.

Palavras-Chave: Classes Sociais; Comparação; Portugal; França; Europa.

SESSÃO 8: CIDADES E SUSTENTABILIDADE 2

O Programa 1.º Direito e as Estratégias Locais de Habitação na Área Metropolitana do Porto

Fátima Loureiro de MATOS

CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Teresa Sá MARQUES

CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Ana Catarina MAIA

CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Diogo RIBEIRO

CEGOT, Portugal

As tendências de concentração demográfica nas cidades têm contribuído para um agravamento significativo dos problemas de habitação, dificultando o acesso a uma habitação condigna.

Com a crise pandémica do COVID-19 e as sucessivas exigências de confinamento da população, a habitação ganhou uma relevância acrescida para as famílias, impactando de forma acentuada as desigualdades sociais. As condições de

habitabilidade e a qualidade da habitação vieram, sem dúvida, a revelar-se variáveis condicionadoras das medidas de saúde pública, recentrando o debate e a urgência das políticas públicas em matéria de habitação.

Em Portugal, os problemas de habitação nunca deixaram de existir, apesar dos sucessivos instrumentos de política orientados para dar solução às situações mais graves de carência habitacional.

Nos últimos anos, a Área Metropolitana do Porto (AMP) ganhou visibilidade externa, em termos turísticos, na atratividade de novos residentes e no investimento imobiliário. Esta situação gerou um aumento significativo dos preços da habitação, aumentando as dificuldades de acesso à habitação para diversos estratos populacionais e as desigualdades sócio-espaciais, pois nem a oferta pública nem a privada oferecem habitação a preços acessíveis. Desta forma, nos últimos anos, a polarização sócio-habitacional ampliou-se e surgiram novas formas de privação de habitação.

As condições de partida são desiguais e a crise tem efeitos assimétricos. As políticas públicas visam criar as “condições de igualdade”, mas isso implica refletir diferentes caminhos. Se queremos uma cidade habitável, temos de aprofundar o diagnóstico dos múltiplos problemas, refletir as territorialidades dos mesmos e discutir cenários para explicitar as várias opções de política pública.

O Programa 1º Direito, incluído na Nova Geração de Políticas de Habitação (2018) e no Programa de Recuperação e Resiliência (PRR, 2021), pretende justamente dar uma resposta global e integrada à diversidade de desafios que se colocam neste domínio e à importância, agravada com a pandemia, dos problemas e carências habitacionais.

Para a candidatura ao 1º Direito as Câmaras Municipais, tiveram de elaborar as suas Estratégias Locais de Habitação, sendo fundamental, que estas incluam, a territorialização dos problemas e das soluções habitacionais, como um eixo de trabalho essencial para a implementação da estratégia. Nos problemas a territorializar incluem-se, entre outras, as situações de carência habitacional, as áreas de concentração de problemas urbanísticos e sociais, bem como as áreas de maior pressão imobiliária.

Tendo em conta o forte investimento público na habitação previsto no PRR e a sua principal alavanca, o 1º Direito, esta comunicação pretende, a partir de uma abordagem qualitativa - apoiada nas Estratégias Locais dos municípios da AMP- analisar as situações de carência habitacional identificadas e as soluções habitacionais a implementar, pelos municípios.

Palavras-Chave: 1º Direito, Estratégias Locais de Habitação, Área Metropolitana do Porto

Como os Sistemas Políticos e as Políticas Sociais Afetam o Bem Estar: Uma Revisão de Literatura

Cristina PEREIRA

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal

Hermínia GONÇALVES

CETRAD, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal

Teresa SEQUEIRA

CETRAD, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal

As políticas públicas europeias estão tradicionalmente focadas em condições e indicadores materiais de bem-estar, como rendimentos ou produtividade, onde encontramos os fundamentos da noção de estado-providência. O estado-providência é aqui usado para designar um sistema de organização social que assegura um padrão de vida satisfatório através da oferta de serviços sociais em áreas como a educação, a saúde, o apoio aos mais vulneráveis.

Nas últimas décadas, tem havido uma tendência para uma maior descentralização em muitos países da Europa. As consequências económicas, sociais e políticas deste impulso têm sido calorosamente debatidas, mas a medida em que os processos de descentralização na Europa poderão contribuir para aliviar as desigualdades sociais é um tema que tem permanecido negligenciado, tanto na investigação académica como na análise política.

Este texto de revisão de literatura, com enfoque nos últimos vinte anos, tem como objetivo analisar e clarificar em que medida os sistemas políticos e a abrangência das políticas sociais, características dos modelos de estado providência, afetam e determinam o bem-estar individual.

Fazemos esta análise em três secções, através de um estudo comparativo da importância de diferentes determinantes relacionando indicadores económicos, sociais e outros tradicionalmente ligados à perceção subjetiva de satisfação com a vida. Na primeira secção analisamos em que medida a defesa de valores como a liberdade, a participação e a confiança, assim como estruturas governamentais que encorajam o envolvimento cívico e transmitem segurança aos seus cidadãos quando estes têm de enfrentar situações adversas, têm efeitos no bem-estar. Deste ponto podemos retirar que a forma como os sistemas políticos são organizados pode influenciar significativamente a capacidade dos cidadãos de participar